

O Conselho de Alimentação Escolar e seu processo de interação com os conselheiros no município de São João dos Patos/MA

Emanuel Justo¹, Idelfran da Silva Eustáquio², Luma Krisicya Coêlho de Sousa³

1. Estudante de Administração do Instituto Federal do Maranhão – IFMA, São João dos Patos/MA;
2. Estudante de Administração do Instituto Federal do Maranhão – IFMA, São João dos Patos/MA; *idelfraneustaquio@hotmail.com
3. Estudante de Administração do Instituto Federal do Maranhão – IFMA, São João dos Patos/MA.

Palavras Chave: *conselho, interação, participação.*

Introdução

A Constituição Brasileira de 1988 apresentou respostas à mobilização social, estabelecendo normas de descentralização da gestão pública, com vistas à inserção da população no processo de tomada de decisões do Estado. O Controle Social pode ser exercido individual ou coletivamente, através dos Conselhos de Políticas Públicas – espaços de participação popular compostos por representantes da sociedade para interagir de forma ativa com a gestão, fiscalizando e controlando suas ações. Esta pesquisa realizou um estudo a respeito do Conselho de Alimentação Escolar (CAE), órgão colegiado e paritário responsável pela análise das prestações de contas da Gestão, acompanhamento e fiscalização da aplicação dos recursos destinados à execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Para contribuir com a elevação da qualidade da merenda escolar, evitar desperdícios, bem como detectar falhas e irregularidades na Administração é fundamental que o CAE atue ativamente nas discussões relacionadas à execução do PNAE. Desse modo, objetivou-se avaliar o processo de interação existente entre o Conselho e os conselheiros.

Resultados e Discussão

Realizou-se uma pesquisa de campo com os membros do CAE do município de São João dos Patos/MA, havendo representantes de todos os segmentos que compõem o Conselho – pais de alunos, Poder Executivo, Sociedade Civil e educação docente.

A assiduidade acarreta uma participação mais efetiva dos conselheiros. Diante disso, indagou-se com que frequência eles participam das reuniões e foi possível verificar que somente 30% estão *sempre* presentes e 20% *nunca* participaram ou *raramente* vão aos encontros; os outros 50% afirmam participar *sempre que possível*.

Além da participação, é fundamental que os membros do Conselho sejam atores ativos na tomada de decisões, debatendo e propondo ideias, em busca da otimização das ações. Com base nisso, foi questionado se *todos* possuem uma atuação ativa. Os dados apontaram que apenas metade dos conselheiros participam dos debates e da elaboração de ações.

O Controle Social pode ser definido como “[...] o entendimento, a participação e a fiscalização da sociedade sobre as ações do Estado [...]” (TCU, 2010), assim, faz-se necessário que haja um trabalho de capacitação dos membros. Perguntou-se, então, se são desenvolvidas atividades para habilitar os conselheiros a sua função e só 20% deles disseram que elas são *frequentemente* realizadas, enquanto 40% afirmaram que houve unicamente uma *capacitação inicial* e os demais que nem mesmo esta foi promovida.

Para conhecer a perspectiva dos conselheiros junto ao órgão deliberativo, questionou-se sobre o nível de colaboração destes para a melhoria da gestão e se o conselho tem contribuído nesta tarefa:

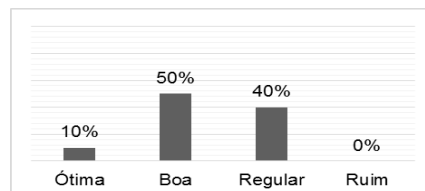


Figura 1. Autoavaliação da participação no Conselho.

Em referência às atividades do conselho, 80% dos entrevistados afirmaram que ele tem sido eficiente. Porém, através dos dados apresentados na figura 1, nota-se que uma parcela significativa (40%) autoavalia sua participação como regular, gerando uma contradição, no que diz respeito a impossibilidade de haver um conselho eficiente quando os seus membros não estão totalmente empenhados no objetivo de representar os interesses da sociedade perante a Administração Pública.

Tendo em vista que os Conselhos são de grande relevância na concretização da democracia, é essencial que seus membros queiram tomar para si a tarefa de representar a sociedade. Diante disso, buscou-se verificar se os conselheiros desejam ter novamente a oportunidade de ocupar esta função social e os resultados mostraram que, na próxima gestão, 70% não desejam compor o CAE.

Conclusões

Tendo como base os resultados apresentados, constatou-se que a maioria dos membros do CAE frequentam regularmente as reuniões, no entanto, não existe uma participação ativa nas decisões da Administração. O ideal seria que os conselheiros buscassem se integrar ao processo de discussões relativas aos interesses da coletividade, contribuindo para a elevação da qualidade dos serviços prestados, já que o Conselho não é mera presença, mas sim um espaço de debates, planejamento e desenvolvimento de ações e apreciação de resultados.

Isso pode ser explicado pela incoerência de um processo contínuo de capacitação, pois estas são imprescindíveis para que os conselheiros tomem ciência de seus deveres e possam desenvolver um trabalho dinâmico, estando aptos a tomar decisões em nome da população.

Além disso, observou-se que o nível de participação dos conselheiros não condiz com a eficiência do conselho apontada por eles, visto que o órgão necessita de uma dedicação por parte dos seus integrantes.

Os resultados demonstraram que existe uma relação recíproca de desinteresse de interação entre o Conselho e os seus membros, pois do mesmo modo que o CAE não promove ações para atrair os membros, estes não buscam interagir com aquele. Isso evidencia-se quando eles ratificam não quererem continuar na função. Sugere-se para estudos futuros, pesquisar quais motivos levam os membros a indesejarem fazer parte do conselho outra vez.